

- Arqº. Leonardo Rodrigues Pitas Piqui - DIPO - RF: 883.240-4
- Arqº. Lucas Lavecchia de Gouvea - DIPO - RF: 825.412-5
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE PARQUES E BIODIVERSIDADE MUNICIPAL
- Arqº Tamires Carla de Oliveira - Coordenadora CGPABI CONTRATADA
- Sr. Gilmar Monteiro de Pinho - Monteiro Engenharia e Arquitetura LTDA

AUTORIDADE MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA

DIRETORIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS

PROCESSO SEI Nº 6048.2020/0004044-1 – INTERESSADO: AUTORIDADE MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA

Assunto: Auto de Autos de Multa nºs 77-134.000-1, 77-134.551-8 e 77-134.552-6, em nome do CONDOMÍNIO NOVOCENTRO REPÚBLICA por decisão judicial nº 1049254-28.2021.8.26.0053.

EMPRESA DE CINEMA E AUDIOVISUAL DE SÃO PAULO

GABINETE DO PRESIDENTE

ATOS ADMINISTRATIVOS

DESPACHOS: LISTA 945

EMPRESA DE CINEMA E AUDIOVISUAL DE SÃO PAULO
ENDEREÇO: AVENIDA SÃO JOÃO, 473
I- À vista dos elementos constantes do processo eletrônico nº 8610.2017/0000153-0, em especial da manifestação da área técnica responsável pelo acompanhamento da execução contratual (049389315) e do parecer da assessoria jurídica (050359420), tendo em vista o traso na entrega do 10º relatório de comercialização referente ao Termo de Contrato nº 12/2015/ Spcine, que tem por objeto a distribuição da obra "Eu Nunca" e do Edital nº 02/2015/Spcine: &lquo;Programa de Investimento Linha 2: Distribuição de pequeno e médio porte de longas metragens”, **APLICO** à interessada **ELO AUDIOVISUAL SERVIÇOS LTDA.,** inscrita no CNPJ sob o nº 07.700.630/0001-18, a penalidade de **ADVERTÊNCIA** e concedo o prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação deste despacho para, querendo, apresentar Recurso Administrativo.

II- Publique-se. Após, encaminhe-se à área responsável pelo acompanhamento da execução contratual para as demais providências cabíveis.

São Paulo, 17 de agosto de 2021.

Fernanda Riscali

Editais

De acordo:

Luiz Toledo

Diretor Executivo

PORTARIA

Compõe Comissão Permanente de Aferição de autodeclarações de pertencimento racial para efeitos de políticas afirmativas nos editais e demais programas da Spcine

A Diretoria da Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo S.A. (Spcine), no uso de suas atribuições legais e estatutárias e com fundamento no art.2º da Lei Municipal nº 15.929/2013 e no art.7º, I, "g", da Portaria nº 02/2021/Spcine, RESOLVE:

Art.1º Constituir Comissão Permanente de Aferição de autodeclarações de pertencimento racial para efeitos de políticas afirmativas nos editais e demais programas da Spcine, nos termos desta Portaria.

Art.2º A Comissão será composta por 06 (seis) membros fixos, a saber:

- Rosane da Silva Borges, RG 12.861.360-9

- Derani Souza da Silva, RG 32.834.328-6

- Uvanderson Vitor da Silva, RG 33.755.551-5

- Luana Maira Silva Vieira, RG 6.704.947

- Gabriela de Jesus Nunes, RG 35.306.733-7

- Flavio Thales Ribeiro Francisco, RG 30.515.112-5

§1º A Comissão será dividida em 02 (duas) de 03 (três) membros cada, sendo uma principal responsável pelos procedimentos iniciais de aferição conforme definidos na respectiva ação, incluindo eventuais entrevistas com as interessadas, e uma subcomissão responsável pela análise de eventuais recursos, revistas e manifestações escritas.

§2º Os membros da comissão principal e da subcomissão não serão fixos e a Spcine objetivará a composição destas alternando entre os membros nomeados no caput a cada procedimento de aferição.

§3º A existência dos membros fixos não impede a Spcine de convidar outras pessoas para integrarem pontualmente a Comissão de acordo com a necessidade da ação.

Art.3º Os procedimentos de aferição de autodeclarações que pautarão os trabalhos da Comissão serão definidos de acordo com a ação específica, sem prejuízo das disposições desta Portaria.

§1º A comissão principal e a subcomissão deliberarão pela maioria dos seus respectivos membros, sob forma de parecer motivado, sendo vedado manifestação de sua conclusão na presença da interessada.

§2º As deliberações da Comissão terão validade apenas para a ação para o qual designada, não servindo para outras finalidades.

§3º Não havendo procedimentos de aferição definidos na ação específica, a Comissão pautará seus trabalhos tomando por parâmetro a analogia com os procedimentos de aferição definidos em outras ações da própria Spcine ou de outros órgãos e entidades, se melhor adequados ao caso, bem como as disposições da Portaria nº 02/2021/Spcine.

§4º Em hipótese de conflito entre os procedimentos de aferição de autodeclarações definidos na ação específica e as disposições desta Portaria, prevalecerá o disposto naqueles.

Art.4º A Comissão observará em seus trabalhos os seguintes princípios e diretrizes básicas:

I- Respeito à dignidade da pessoa humana.

II- Observância do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.

III- Garantia de padronização e de isonomia de tratamento entre interessadas eventualmente submetidas ao procedimento de aferição de autodeclarações.

IV- Garantia da publicidade e do controle social do procedimento de aferição de autodeclarações, resguardadas as hipóteses de sigilo previstas nesta Portaria e de acordo com os procedimentos específicos definidos para a ação.

V- Atendimento ao dever de autotutela da legalidade pela Administração Pública.

VI- Garantia da efetividade e resguardo da legitimidade das políticas afirmativas promovidas pela Spcine de maneira que alcance seus objetivos e fins sociais, observados os preceitos gerais estabelecidos na Portaria nº 02/2021/Spcine.

Art.5º Os membros da Comissão deverão guardar sigilo de todos os documentos, dados e informações a que tenham acesso em razão de seus trabalhos.

Parágrafo único. As avaliações, documentos e comentários decorrentes ou derivados, total ou parcialmente, dos trabalhos

da Comissão serão de titularidade e uso exclusivo da Spcine e reverterão exclusivamente em benefício desta.

Art.6º Os membros da Comissão deverão, durante seu mandato, observar as seguintes restrições e impedimentos:

I- Não ser participante de qualquer forma da respectiva ação para a qual designada.

II- II- Não ser sócio(a), administrador(a), diretor(a), associado(a) ou empregado(a) com poder dirigente de pessoa jurídica associada a qualquer interessada submetida ao procedimento de aferição.

III- Não possuir relações pessoais, comerciais ou profissionais vigentes com qualquer das interessadas submetidas ao procedimento de aferição ou com pessoa jurídica associada a estas. Consideram-se relações pessoais os vínculos de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau.

Parágrafo único. Na hipótese de verificação de alguma destas condições, o membro deverá se declarar impedido, devendo ser substituído por algum membro da outra comissão ou por membro convidado, a critério da Spcine.

Art.7º A Comissão terá mandato de 01 (um) ano, prorrogável por sucessivos períodos a critério da Spcine.

§1º Na hipótese de vencimento do mandato não prorrogado por novo período no transcurso de um procedimento de aferição, o mandato será considerado automaticamente prorrogado até o fim dos trabalhos.

§2º O mandato renovar-se-á automaticamente por novo período ao fim de sua vigência caso as partes não se manifestem em sentido contrário e ajam como se prorrogado fosse, sem prejuízo da oportuna regularização contratual e processual devendo a Comissão, após regularização, ratificar as ações ocorridas.

Art.8º Os membros da Comissão serão convocados para o respectivo procedimento de aferição com pelo menos 02 (dois) dias úteis de antecedência, mediante correspondência eletrônica.

Parágrafo único. Na hipótese de impossibilidade de atendimento no prazo por algum membro a Spcine poderá avaliar a possibilidade de conferir prazo maior de atendimento para o membro específico ou alterar a composição entre comissão principal e subcomissão para aquele procedimento.

Art.9º Os membros da Comissão serão remunerados a cada procedimento de aferição para o qual convocados, considerando todas as atividades previstas até a finalização dos trabalhos de acordo com a respectiva ação.

§1º Os membros da comissão principal serão remunerados no valor bruto de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) cada para o conjunto de atividades necessárias para aferição de até 25 (vinte e cinco) pessoas por edital. Ultrapassado o limite, a remuneração será acrescida em R\$ 80,00 (oitenta reais) por aferição adicional.

§2º Os membros da comissão principal serão remunerados no valor bruto de R\$1.040,00 (um mil e quarenta reais) cada para o conjunto de atividades necessárias para aferição de até 13 (treze) pessoas por edital. Ultrapassado o limite, a remuneração será acrescida em R\$ 80,00 (oitenta reais) por aferição adicional.

Art.10. Os trabalhos da Comissão poderão ser acompanhados por integrantes da Spcine e pela Coordenação de Promoção de Igualdade Racial (CPIR), da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

Art.11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e permanecerá vigente até sua eventual revogação.

PORTARIA

A Diretoria Executiva da Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo S.A. (Spcine), no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO:

i) o avanço no calendário de vacinação e imunização no contexto da pandemia de Covid-19 e a retomada de indicadores mais seguros conforme previsão do Plano São Paulo;

ii) o Decreto Municipal nº 60.336/2021, que dispõe sobre a retomada da contagem dos prazos e a cessação parcial de medidas previstas no Decreto Municipal nº 59.283/2020, bem como a manutenção das regras de funcionamento previstas no Plano São Paulo no âmbito do Município de São Paulo;

iii) a disponibilização dos recursos de tecnologia da informação que permitem a realização satisfatória de trabalho à distância; e

iv) a necessidade de normatizar a retomada do regime de trabalho presencial, em especial de maneira a compatibilizar tal retomada com a necessidade de as instituições públicas e privadas adotarem medidas no sentido de mitigar a exposição dos cidadãos às situações de maior risco mediante, inclusive, a diminuição do fluxo de pessoas em locais públicos e em deslocamentos no sistema de transporte coletivo;

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer novas regras para a realização de atividades presenciais no âmbito da Spcine, de observância obrigatória por todos(as) os(as) funcionários(as), objetivando a retomada segura do trabalho em regime presencial de maneira compatível com a continuidade de adoção de medidas de prevenção ao contágio.

Parágrafo único. Considera-se funcionários(as), para os fins desta Portaria, todos os(as) gestores(as), funcionários(as) e estagiários(as), aplicando-se também para eventuais terceirizadas, colaboradoras e demais agentes externos, no que couber.

Art.2º A retomada do trabalho em regime presencial ocorrerá a partir do dia 30/08/2021, mediante sistema de rodízio, observadas as diretrizes e condições constantes no art.3º desta Portaria.

§1º Fica estabelecida de maneira inicial a seguinte escala de rodízio entre os departamentos:

a) Segundas-feiras: Assessoria da Presidência, Assessoria Jurídica Executiva, Gerência Executiva de Gestão e Coordenação de Prestação de Contas.

b) Terças-feiras: Coordenação Executiva de Desenvolvimento Econômico e Gerência de Parcerias Estratégicas (Internacional e Observatório).

c) Quartas-feiras: Gerência de Inovação e Criatividade (Núcleo de Circuito Spcine, Núcleo SpcinePlay e Formação).

d) Quintas-feiras: São Paulo Film Commission.

e) Sextas-feiras: Comunicação, Gerência Administrativa e Financeira e Núcleo de Contabilidade.

§2º O estabelecimento da escala de rodízio não impede a presença do(a) funcionário(a) em mais de um dia além do designado, tanto que o número de funcionários(as) em regime presencial naquele dia não supere o máximo de 16 (dezesseis) pessoas, incluindo aquelas em regime terceirizado.

§3º Em caso de necessidade devidamente justificada, funcionários(as) poderão alterar pontualmente os dias da escala de rodízio, tanto que autorizados(as) pela chefia imediata e respeitado o número máximo de funcionários(as) em regime presencial no dia.

§4º No primeiro dia de retorno ao regime presencial, os(as) funcionários(as) deverão retirar de seus antigos postos fixos de trabalho todos os eventuais pertences pessoais e guarda-los, deixando as mesas livres para a utilização em sistema de postos de trabalho não fixos.

Art.3º Enquanto permanecerem nas dependências da Spcine, os(as) funcionários(as) deverão adotar as seguintes medidas de cautela, sem prejuízo de outras recomendadas pelas autoridades de saúde:

I- Será admitido horário de trabalho flexível para que o(a) funcionário(a) que utilize sistema de transporte coletivo possa se organizar de maneira a, sempre que possível, evitar o horário de pico, tanto que cumpridas as 08 (oito) horas diárias de trabalho.

II- Não haverá mesas e equipamentos fixos, podendo as equipes se organizarem no espaço de acordo com a conveni-

ência, contanto que respeitada a alternância de ocupação de postos de trabalho (um posto ocupado e um posto livre tanto aos lados quanto frente a frente) e o distanciamento social mínimo de 1,5 metro entre as pessoas.

a) Ao final de seu expediente o(a) funcionário(a) deverá deixar o posto de trabalho utilizado inteiramente livre de qualquer pertence pessoal para viabilizar sua eventual utilização subsequente na escala de rodízio.

III- Manter o uso da máscara ininterruptamente. Serão disponibilizadas máscaras descartáveis pela empresa para uso estritamente emergencial, mas o(a) funcionário(a) deverá dispor de sua própria.

a) Recomenda-se o uso da máscara modelo PFF2 ou equivalente, de acordo com as recomendações dos órgãos de saúde.

b) É vedado o acesso às dependências da empresa das pessoas que não estiverem utilizando máscara.

IV- Respeitar o limite máximo de 02 (duas) pessoas por vez na utilização de banheiros, da copa e das salas de reunião.

V- Evitar o compartilhamento de objetos de uso pessoal, como canetas, celulares, carregadores, fones etc.

VI- Será disponibilizado na recepção termômetro para medição da temperatura corporal, que deverá ser medida pelo(a) funcionário(a) tão logo chegue às dependências da empresa.

a) É vedado o acesso às dependências da empresa das pessoas que apresentarem temperatura corporal igual ou superior a 37,5º C (trinta e sete virgula cinco graus Celsius) ou sintomas respiratórios gripais visíveis (tosse, espirros e corizas).

VII- Será disponibilizado álcool em gel 70% para higienização das mãos, bem como álcool isopropílico 70% para higienização de equipamentos eletrônicos. Ao início e ao final do expediente, compete a cada funcionário(a) higienizar os equipamentos utilizados em seu respectivo posto de trabalho.

VIII- Evitar, sempre que possível, a circulação nas áreas comuns da unidade e fora de seus respectivos postos de trabalho.

IX- O uso da copa será permitido somente para preparação de alimentos ou higienização de utensílios. Para refeição nas dependências da empresa, deverá ser utilizada a sala de reunião especificamente designada para tanto, considerando sua ventilação natural, respeitado o limite de no máximo 02 (duas) pessoas por ambiente.

a) Os (as) funcionários(as) serão responsáveis por organizar escalas para horários de refeições para evitar aglomerações.

X- Manter, sempre que possível, as portas e janelas abertas de maneira a promover a ventilação natural do ambiente, evitando o toque nas maçanetas e fechaduras.

XI- Evitar, sempre que possível, o uso de ar condicionado.

XII- As reuniões e atendimentos ao público deverão ser mantidos de forma virtual pelos canais remotos já estabelecidos e utilizados. Em caso de justificada impossibilidade de realização de forma virtual, o atendimento ao público apenas poderá ser realizado de maneira agendada, respeitadas as diretrizes e condições desta Portaria.

a) O(a) solicitante deverá realizar o pedido de agendamento com antecedência mínima de 01 (um) dia útil e aguardar a confirmação pelo departamento responsável acerca do dia e horário disponível.

b) Somente solicitantes com agendamento poderão ter acesso às dependências da empresa.

c) Acompanhantes não terão acesso às dependências da empresa, exceto em casos de acompanhantes de incapazes e/ou outros casos excepcionais devidamente justificados e autorizados.

XIII- No caso de entrega e recebimento de produtos e materiais, deverá ser observado o distanciamento mínimo entre o(a) funcionário(a) e a pessoa externa e, após o recebimento dos produtos e materiais, deverá haver a devida higienização das mãos com água e sabão ou, na impossibilidade, com álcool em gel 70%, bem como dos materiais e produtos recebidos.

XIV- Em caso de apresentação de sintomas característicos definidos de acordo com as orientações dos órgãos de saúde, o(a) funcionário(a) não deverá comparecer à sede da empresa e deverá comunicar imediatamente sua chefia imediata.

a) Na hipótese de suspeita de contaminação, incluindo os casos em que o(a) funcionário(a) tenha tido contato próximo com pessoa acometida pela Covid-19, o(a) funcionário(a) deverá ser devidamente testado e deverá ser observada uma quarentena mínima obrigatória de 14 (quatorze) dias antes da retomada do regime presencial de trabalho.

b) Na hipótese de confirmação de caso da Covid-19 por funcionário(a), o regime presencial deverá ser imediatamente suspenso. Todos(as) os(as) funcionários(as) que porventura tenham mantido contato com o(a) funcionário(a) contaminado(a) deverão ser devidamente testados(as) e deverá ser observada uma quarentena mínima obrigatória de 14 (quatorze) dias antes da retomada do regime presencial de trabalho, bem como a Spcine deverá promover a higienização completa do local de trabalho de acordo com os protocolos aplicáveis.

XV- Funcionários(as) integrantes de qualquer grupo de risco conforme definidos pelos órgãos de saúde apenas poderão retomar as atividades em regime presencial após a segunda dose da vacina e sua respectiva janela de imunização, ou seja, 15 (quinze) dias após a segunda dose.

Art.4º No regime de trabalho presencial a Spcine objetivará:

I- Reforçar orientações e processos de limpeza e higienização em todos os ambientes junto à terceirizada responsável.

II- Reforçar as orientações e fiscalizar o efetivo cumprimento das disposições desta Portaria por quaisquer terceirizadas e colaboradoras que eventualmente prestem serviços na sede da empresa.

III- Disponibilizar material de comunicação na sede da empresa reforçando as disposições e orientações desta Portaria.

IV- Acompanhar eventuais novas recomendações e orientações dos órgãos competentes para implementação de novas medidas, produtos ou serviços de prevenção.

Art.5º Conforme Decreto Municipal nº 60.442/2021 todos(as) os(as) funcionários(as) inseridos(as) no grupo elegível para imunização contra a Covid-19, nos termos definidos pela Secretaria Municipal da Saúde, deverão submeter-se à vacinação.

Parágrafo único. A recusa, sem justa causa, em submeter-se à vacinação contra a Covid-19 caracteriza falta disciplinar passível das sanções dispostas, respectivamente, na Lei Municipal nº 8.989/1979 e no Decreto-Lei nº 5.452/1943.

Art.6º As diretrizes e condições desta Portaria poderão ser alteradas ou suplementadas mediante simples e inequívoca comunicação geral aos(às) funcionários(as), em especial nas hipóteses de resolução de casos omissos, atualizações das orientações dos órgãos de saúde ou de modificação das condições e indicadores da pandemia de acordo com o Plano São Paulo.

Art.7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e permanecerá vigente até sua eventual revogação.

SERVIDORES

GOVERNO MUNICIPAL

GABINETE DO SECRETÁRIO

GRATIFICAÇÃO DE GABINETE

CONCEDO A GRATIFICAÇÃO DE GABINETE DO(S) SERVIDOR(ES) ABAIXO RELACIONADO(S), COM BASE NO ARTIGO 100, INCISO I, DA LEI Nº 8989 DE 29/10/1979, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº16.532, DE 14/04/1980, COM AS ALTERAÇÕES POSTERIORES E DO DECRETO Nº 42.060/2002.

RF: NOME: BASE DE CÁLCULO NO PERÍODO DE
859.948.3 ISABELLA RANGEL ROCCA 30% s/ DA-15 16/08/2021 A 30/08/2021

GRATIFICAÇÃO DE GABINETE

CONCEDO A GRATIFICAÇÃO DE GABINETE DO(S) SERVIDOR(ES) ABAIXO RELACIONADO(S), COM BASE NO ARTIGO 100, INCISO I, DA LEI Nº 8989 DE 29/10/1979, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº16.532, DE 14/04/1980, COM AS ALTERAÇÕES POSTERIORES E DO DECRETO Nº 42.060/2002.

RF: NOME: BASE DE CÁLCULO A PARTIR DE
887.064.1 FERNANDO MASSATERU MURAKAMI 30% s/ DA-15 17/08/2021

GRATIFICAÇÃO DE GABINETE

CONCEDO A GRATIFICAÇÃO DE GABINETE DO(S) SERVIDOR(ES) ABAIXO RELACIONADO(S), COM BASE NO ARTIGO 100, INCISO I, DA LEI Nº 8989 DE 29/10/1979, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº16.532, DE 14/04/1980, COM AS ALTERAÇÕES POSTERIORES E DO DECRETO Nº 42.060/2002.

RF: NOME: BASE DE CÁLCULO A PARTIR DE
885.140.9 JANICE RODRIGUES DE ALMEIDA 30% s/DA-15 17/08/2021

LICENÇA MÉDICA – SERVIDOR FILIADO AO RGPS

Concedida de acordo com o determinado na Portaria nº 226-2001/PREF.G, de 19/09/2001 e de conformidade com o estabelecido no Comunicado nº 001/DESAT-DRH/2005, publicado no DOC de 22/01/2005.

E.H. R.F. NOME DURAÇÃO A PARTIR DE
110007000000000 878.483.311 MARIN SPADARI 02 DIAS 19/08/2021
112014020000000 642.383.316 MARIA ISLDA GIMENES MIHOK 07 DIAS 18/08/2021

ALTERAÇÃO DE FÉRIAS

Atendendo as novas diretrizes estabelecidas por SGM/SEGES/COGEP e pelo Comunicado nº 001/2021 - SGM/GAB DEFIRO as alterações dos períodos de férias dos servidores abaixo:

6011.2021/0001159-0

794.875.1/1 Luciana Andreia dos Santos, relativas ao exercício 2021 para: 15 dias sem nova programação, anteriormente programada 15 dias a partir 08/09/2021.

531.398.8/4 Elaine do Vale Mello Damatto, relativas ao exercício 2021 para: 15 dias sem nova programação, anteriormente programada 15 dias a partir 08/09/2021.

6011.2021/0001160-3

799.532.6/6 André Lima de Assis, relativas ao exercício 2021 para: 15 dias sem nova programação, anteriormente programada 15 dias a partir de 23/08/2021.

881.467.8/1 Luciana Rangel Jabur , relativas ao exercício 2021 para: 15 dias sem nova programação, anteriormente programada 15 dias a partir de 09/09/2021.

839.716.3/2 Cristiane Marques dos Santos, relativas ao exercício 2021 de: 30 dias a partir de 01/09/2021, anteriormente programada 30 dias a partir de 01/08/2021.

812.883.9/5 Wagner Roberto da Silva, relativas ao exercício 2021 para: 15 dias sem nova programação, anteriormente programada 15 dias a partir de 08/09/2021.

759.385.6/4 Victor Ciro Zambini, relativas ao exercício 2021 para: 15 dias sem nova programação, anteriormente programada 15 dias a partir de 08/09/2021.

6011.2021/0001206-5

602.313.4/2 Cecília Marcelino Reina, relativas ao exercício 2021 para: 15 dias a partir de 13/10/2021 e 15 dias sem nova programação, anteriormente programada 30 dias a partir 08/09/2021.

748.167.5/3 Maria Eudocia Daraya Quedinho, para: 10 dias do exercício 2020 a partir de 08/09/2021, anteriormente programada 10 dias do exercício 2021 a partir de 08/09/2021.

847.503.2/1 Daniela Miranda de Oliveira, relativas ao exercício de 2021 para: 30 dias a partir de 19/07/2021, interrupção a partir de 03/08/2021, usufruiu 15 dias e 15 dias sem nova programação.

6011.2021/0001208-1

827.292.1/6 Luana Santos Lopes, relativas ao exercício 2021 para: 15 dias sem nova programação, anteriormente programada 15 dias a partir de 08/09/2021.

6011.2021/0001209-0

859.606.9/2 Agne Fabri Sanmarco, relativas ao exercício 2021 para: 15 dias sem nova programação, anteriormente programada 15 dias a partir de 13/09/2021.

6011.2021/0001210-3

858.953.4/2 Ana Claudia da Costa Aguiar, relativas ao exercício 2021 para: 20 dias sem nova programação, anteriormente programada 20 dias a partir de 08/09/2021.

835.941.5/1 Fabio Mariano Espindola da Silva, relativas ao exercício 2021 para: 15 dias sem nova programação, anteriormente programada 15 dias a partir de 13/09/2021.

839.661.2/2 Alessandra Miralla Louza, relativas ao exercício 2021 para: 15 dias a partir de 16/11/2021, anteriormente programada 15 dias a partir de 08/09/2021.

6011.2021/0001228-6

729.281.3/1 Tiago Rossi, relativas ao exercício 2020 para: 15 dias a partir de 13/10/2021, anteriormente programada 15 dias a partir de 22/11/2021.

6011.2021/0001230-8

850.643.4/3 Sílvia Almeida Maciel, relativas ao exercício 2021 para: 30 dias a partir de 13/10/2021, anteriormente programada 30 dias a partir de 08/11/2021.

857.386.7/2 Maria Aparecida Tozzi, relativas ao exercício 2021 para: 30 dias sem nova programação, anteriormente programada 30 dias a partir de 01/09/2021.

6011.2021/0001239-0